



## 7.º) Requerimento do ofendido para instauração de inquérito policial

Ilmo. Sr. Dr. Delegado de Polícia da Comarca \_\_\_\_.<sup>1</sup>

“I”, brasileiro, casado, empresário, titular do RG n.º \_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua \_\_\_\_, n.º \_\_\_\_, bairro \_\_\_\_, telefone \_\_\_\_, vem,<sup>2</sup> respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria requerer a

### INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL,

para apurar a prática do crime de violação de direito autoral (art. 184, § 2.º, CP), pelos seguintes motivos:

1. O requerente é autor do romance intitulado \_\_\_\_, a ser publicado pela editora \_\_\_\_, em breve, conforme contrato de edição celebrado no dia \_\_\_\_ (cópia anexa). Ocorre que, nesta data, tomou conhecimento de estar sendo sua obra impressa e distribuída pela editora \_\_\_\_, situada nesta cidade, na Rua \_\_\_\_, n.º \_\_\_\_, com a qual não possui contrato, nem lhe foi entregue cópia do trabalho para ser publicado.

2. Agindo os proprietários da editora não autorizada, \_\_\_\_ (qualificação) e \_\_\_\_ (qualificação), com o intuito de lucro, cuida-se de ação pública incondicionada,<sup>3</sup> propiciando a atuação e intervenção de Vossa Senhoria, inclusive para o fim de busca e apreensão dos exemplares produzidos sem minha expressa concordância.<sup>4</sup>

Termos em que, colocando-me à disposição para ser formalmente ouvido, bem como indicando abaixo testemunhas do ocorrido,

Pede deferimento.

Comarca, data.

\_\_\_\_\_  
Vítima

Testemunhas:

\_\_\_\_ (qualificação)

\_\_\_\_ (qualificação)

<sup>1</sup> Se houver vários distritos, deve-se mencionar a autoridade da área onde o crime se deu.

<sup>2</sup> O requerimento pode ser feito por advogado, bastando apresentar procuração ou assinando o ofendido juntamente com o advogado.

<sup>3</sup> Quando se tratar de crime de ação privada, pode a vítima apresentar requerimento para a instauração de inquérito igualmente, pois toda ação penal deve ter justa causa, isto é, a petição inicial precisa ser acompanhada de prova pré-constituída, com poderes específicos na procuração do advogado.

<sup>4</sup> Sobre o procedimento a ser utilizado neste caso, consultar os arts. 530-B e seguintes do CPP.